

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR VERSUS SELETIVIDADE ALIMENTAR NO TEA: os desafios que a escola encontra para uma alimentação saudável



PINTO, Tatiane Aparecida
LOPES, Yasmine Martins
OLIVEIRA, Cláudia Alexandre de
FERREIRA, Kerlen Teixeira do Rego Martins
Curso de Pedagogia



INTRODUÇÃO

A alimentação escolar é muito importante para uma grande parte da população infantil, pois os hábitos alimentares refletem a imagem, o corpo, mas também a mente, já que esta tem um papel importante em cada fase do desenvolvimento humano e, para cada fase, trará benefícios que são essenciais para toda a vida, porém essencial em todas elas.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), faz com que o governo repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em dez parcelas mensais, cobrindo duzentos dias letivos, de acordo com o número de matrículas em cada rede de ensino (SECRETARIA DO GOVERNO, 2020).

Neste sentido, o presente estudo levanta a seguinte questão: quais são os desafios encontrados pela escola para proporcionar uma alimentação saudável para crianças com o Transtorno do Espectro Autista – TEA? Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar os desafios encontrados por uma escola da rede pública de ensino para proporcionar uma alimentação saudável para crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Como objetivo específico, pretende-se compreender como a profissional de nutrição pode auxiliar a equipe escolar na questão da alimentação com alunos autistas. O estudo foi realizado, em uma escola pública da cidade de Ubá - MG.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo. A técnica utilizada para esta pesquisa foi a revisão bibliográfica básica e o estudo de caso, que segundo Yin (2015, p.4), o estudo de caso é de extrema importância, pois através dele surge o desejo assim de compreender fenômenos sendo eles sociais complexos, permitindo a investigação, preservando os envolvidos e seus eventos da vida real. Para obter os resultados, foi aplicado uma entrevista semiestruturada em duas participantes sendo uma diretora da escola de rede pública e uma nutricionista que atua há treze anos na área. Para respeitar suas identidades e legitimidade, foram criados nomes fictícios, depois de coletados os dados, foram submetidos a elaboração interpretativa, como forma de análise de conteúdos dos dados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para obter os resultados esperados da presente pesquisa, foi aplicado um questionário em duas participantes sendo a diretora da escola de rede pública e uma nutricionista. Para respeitar suas identidades e legitimidade, foram criados nomes fictícios para eles.

As perguntas feitas a seguir, teve como objetivo seguir a mesma linha de raciocínio. Iniciamos questionando a profissional de Nutrição sobre como é feito o diagnóstico de seletividade, de acordo com a nutricionista Yara: *“para diagnosticar um aluno com seletividade alimentar é preciso conhecer todas as fases de desenvolvimento alimentar de uma criança típica, para assim poder reconhecer um desenvolvimento atípico alimentar, saber diferenciar a seletividade alimentar da dificuldade alimentar, é preciso avaliar através de uma anamnese completa e bem detalhada realizada sobre a criança, tendo como ponto principal solicitar a família que faça acompanhamento diário da alimentação do aluno, registrando os momentos das refeições, ou seja, um processo que deve ser respeitado para poder dar o diagnóstico para a criança”*. Por tanto, de acordo com a profissional, podemos perceber que é necessário que a família faça um acompanhamento da rotina da criança, sendo necessário que seja feita uma avaliação de um profissional especializado.

Quando questionada sobre os maiores desafios encontrados na seletividade alimentar, a diretora afirmou que *“Os alunos com seletividade alimentar preferem uma alimentação pobre em nutrientes”*. Como observado na resposta, os padrões alimentares de crianças com o autismo apresentam rejeições, recusando ou até mesmo com gostos preferenciais por determinados tipos de alimentos específicos. (BOTTAN et. al., 2020, p 2)

Sendo assim, questionamos a nutricionista, sobre como deve ser repostos os nutrientes perdidos com a seletividade, a profissional afirma que *“Deve ser realizado as reposições de vitaminas elaborando um plano alimentar com estratégias e receitas que são aceitas pela criança com a prescrição de suplementos alimentares para atender as necessidades diárias da criança avaliando comorbidades, deficiências nutricionais, idade, peso, estatura”*.

No decorrer da entrevista, foi questionado para a nutricionista, sobre como o profissional em nutrição poderia auxiliar o meio escolar com futuras situações de seletividade, a Yara explica que *“O profissional de nutrição pode auxiliar a equipe pedagógica com cursos de capacitação explicando como os nutrientes contribui para o desenvolvimento da criança com o atraso no neurodesenvolvimento, conscientizar os responsáveis pelo setor de alimentação escolar, para manter a saúde da criança e preservar os hábitos alimentares saudáveis”*.

Finalizamos questionando para a profissional da nutrição se seria possível reverter ou diminuir o grau de seletividade. Ela revelou que é possível reverter a seletividade alimentar *“Através de exames, criando estratégias individualizadas com uma equipe multidisciplinar comprometidos e capacitados, a união da equipe multidisciplinar com família para a compreensão e tratamento é fundamental”*, ou seja, é necessário o apoio de uma equipe, que vai desde o meio familiar, educacional até o desenvolvimento do trabalho da nutrição para reverter ou diminuir o grau de seletividade do aluno com autismo.

CONCLUSÃO

Conclui-se diante dos resultados apresentados neste estudo, a seletividade alimentar ainda está sobre processo de entendimento para os profissionais que atuam no meio escolar, mas que atualmente já existe um amparo nutricional nas escolas públicas do município, que é realizado pelo próprio município de Ubá, para os alunos autistas, pois as escolas possuem profissionais que acompanham e realizam o cardápio adequado para essas crianças, respeitando sua seletividade e proporcionando estratégias para a diminuir o déficit de vitaminas e nutrientes.

Outro fato importante é saber que atualmente existe a Lei^o 12.947 de 26 de maio de 2014, na qual, ampara o direito à alimentação de acordo com a condição de saúde específicas de cada aluno, proporcionando a ele um cardápio individualizado para suas necessidades nutricionais.

Diante disso, foi observado que os maiores desafios encontrados na escola é desenvolver uma forma de reverter a seletividade dessas crianças, já que apesar dos respaldos, é necessária uma grande equipe multidisciplinar para atingir esse objetivo.

REFERÊNCIAS

- DE PAULA ALMEIDA, Bruna Ferreira et al. Autismo, seletividade alimentar e transtorno do processamento sensorial: revisão de literatura. 2020.
- GONÇALVES, Anderson Tiago Peixoto. Análise de conteúdo, análise do discurso e análise de conversação: estudo preliminar sobre diferenças conceituais e teórico-metodológicas. Administração: Ensino e Pesquisa, v. 17, n. 2, p. 275-300, 2016.
- MAGAGNIN, Tayná et al. Aspectos alimentares e nutricionais de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 31, 2021.
- PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar [Internet]. Secretaria de Governo. Available from: <https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/portalfederativo/guiainicio/prefeito/trilhas-100-dias-de-governo/pnae-2013-programa-nacional-de-alimentacao-escolar>